



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 12 de abril de 2013

| | |
|---|----|
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| CAPA | 1 |
| CAPA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| EDITORIAL | 2 |
| OPINIÃO | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| Distrito entre as prioridades | 3 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| Smartphones impulsionam vendas | 4 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| ICMS industrial pode ser diferente | 5 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| Código de CT&I deve impulsionar o setor | 6 |
| ECONOMIA | |
| JORNAL DO COMMERCIO | |
| Perfil Manaus | 7 |
| A CRITICA | |
| sim & não | 8 |
| OPINIÃO | |
| A CRITICA | |
| Sefaz no saldo, mas preocupada | 9 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA | |
| Inflação assusta governo federal | 10 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA | |
| Resolução que unifica o ICMS sofrerá alterações | 11 |
| ECONOMIA | |
| DIÁRIO DO AMAZONAS | |
| Arrecadação do Estado soma R\$ 1,7 bi | 12 |
| ECONOMIA | |

CAPA

 Varejo

Expectativa de vendas de smartphones para o Dia das Mães

O corte de impostos para celulares do tipo smartphone de produção nacional que custarem até R\$ 1.500 começou a valer a partir de ontem. A expectativa das lojas de Manaus é que isso possa impulsionar a venda no Dia das Mães.

Página A7

 Guerra fiscal

ICMS para indústrias do Norte e Nordeste pode ter alíquota diferenciada

Página A8

EDITORIAL

O Amazonas se ressentir da falta de uma política de produção

A Zona Franca de Manaus é sem dúvida uma bênção para o Estado. Desde a década de 70, transformou-se no motor de nossa economia, a mola propulsora do desenvolvimento. É também a grande responsável por manter de pé 98% de nossa vegetação, o que

nos garante enorme vantagem na hora de negociar com organismos internacionais qualquer tipo de investimento.

Por outro lado, os bilhões de dólares gerados pelas fábricas instaladas no Pólo Industrial de Manaus inibiram o desenvolvimento de outros segmentos, como a produção rural.

A "crise da farinha", como vem sendo tratada a explosão do preço deste produto em todo Brasil, transformando-o, ao lado do tomate, nos dois grandes vilões da inflação acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, expôs nosso maior drama.

Desde o período áureo da borracha, o Amazonas não consegue desenvolver uma política de produção com base em algum produto natural. Hoje o Estado é o maior produtor de guaraná, mas essa cultura

não é suficiente para influenciar decisivamente a economia. Trata-se de um arranjo produtivo localizado no Baixo Amazonas, com epicentro em Maués. O mesmo ocorre com o açaí de Codajás, a juta de Manacapuru e a castanha de Manicoré.

No governo Amazonino Mendes, esboçou-se um ambicioso plano de criar um terceiro ciclo de desenvolvimento para o Estado. O foco, entretanto, foi equivocado. À época, o Estado caiu no conto

da soja. O avanço da fronteira agrícola deste produto sobre a Amazônia seria catastrófico, o que provocou uma onda de protestos no mundo e estancou o plano.

Já Eduardo Braga lançou o Zona Franca Verde, que estava mais perto do que se espera de uma política de produção, porque tinha fundamentos bem estabelecidos e chegou a criar arranjos produtivos interessantes, que podiam ser observados pelo morador da capital nas feiras promovidas no Centro de

Instrução de Guerra na Selva.

A politização da Secretaria de Produção Rural, no final do governo Eduardo Braga, interrompeu o processo. A ascensão do comunista Eron Bezerra ao cargo de secretário mudou o foco do setor e estancou seu desenvolvimento. A "crise da farinha" expôs essa realidade da forma mais dramática. Enquanto o Estado tratar setores fundamentais como moeda de troca política, vai continuar marcando passo e sofrendo estes sobressaltos.

Distrito entre as prioridades

Por Tanair Maria

Distrito Industrial aguarda por licitação para receber as obras de recuperação das vias públicas e de paisagismo, a serem realizadas em ação conjunta pela administração municipal, estadual e federal. Segundo o prefeito Arthur Neto, "a verba já foi liberada pelo governo federal", afirma.

O assunto foi abordado durante apresentação do balanço dos cem dias da gestão administrativa municipal. Na oportunidade o prefeito fez questão de frisar sua perplexidade com o desdobramento deste caso que passou por dois governos municipais sem solução. Resultando na completa ausência do poder público no Distrito Industrial, bairro pioneiro, que ainda abriga várias indústrias que formam o Polo Industrial de Manaus.

Tal recurso foi concedido pelo governo da presidente Dilma Rousseff para o governo do Estado, na pessoa do governador Omar Aziz administrar. E, à prefeitura foi solicitado assinar o termo de autorização, que segundo Arthur, prontamente assinou, o governo do Estado já está na fase de licitação. Que em breve será concluída.

"A partir daí as obras serão tocadas com competência em caráter de urgência. O governador dispõe do engenheiro Luiz Borges, coordenador das obras da Região Metropolitana, é



Foto: Walter Mendes

Ruas esburacadas no Distrito Industrial acabam dificultando o escoamento de mercadorias e prejudicando os projetos das empresas

uma figura que trabalhou com o arquiteto Bosco Chamma em outro governo, um tocador de obras que vai cuidar muito bem das obras do Distrito Industrial" adiantou Arthur.

O governador e o prefeito reconhecem que está é uma situação insustentável diante do investidor ao se deparar com a complicada visão de abandono em que se encontram as vias de acesso as fábricas do PIM.

"O abandono em que se encontra o Distrito Industrial, não é culpa do governador Omar Aziz, muito menos é culpa minha. As pessoas tentem a achar que a culpa é do prefeito, mas não é sequer do prefeito Amazonino que me antecedeu, nem é do prefeito Serafim que o antecedeu" explica o Arthur.

De acordo com o prefeito, aconteceu algo de muito mes-

quinho naquele episódio. Ao invés de conveniarem com a prefeitura que tinha o ex-prefeito Serafim como titular, fizeram um convênio da Suframa com o Cieam (Centro da Indústria do Amazonas).

"Um centro da indústria afastar as vias públicas. É como me pedir para falar de um tema que eu desconheço, e que não poderia fazê-lo. Então, aquilo me deixou pasmo, deu no que

deu. Tem processos correndo na justiça contra os que brincaram", lamenta Arthur.

Hoje em dia, segundo o prefeito essa infelicidade administrativa vai ser corrigida pelo governador do Estado. "A prefeitura já colaborou no que podia, e tenho convicção que o Distrito Industrial estará recuperado em curto espaço de tempo pelo governador Omar", disse Arthur.

Centro Histórico é alvo para requalificação

Na próxima segunda-feira (15), deverá estar concluído o relatório dos primeiros cem dias de gestão municipal, repleto de explicações para ser apreciado na Câmara pelos vereadores.

Com o foco voltado para o discurso de campanha "Todos juntos por Manaus", a meta filosófica do prefeito gira em torno da sinergia, do entendimento e da colaboração entre as secretarias municipais.

Podendo assim ultrapassar a esfera municipal em busca das melhorias para a cidade. Expe-

riência e juventude se aliam em prol da recuperação da cidade que outrora num passado glorioso da Manaus da Belle Époque fervilhava uma elegante e pujante metrópole da Amazônica. Nessa conjuntura, o Centro Histórico de Manaus foi escolhido para começar os trabalhos de requalificação da cidade. Lá os sinais de presença do poder público municipal se faz presente diariamente. Onde as secretarias juntas contribuem para a ordenação da área comercial mais famosa e frequentada da cidade.

As ruas são lavadas, o lixo é tratado como resíduo sólido e o que for reciclável vem sendo acondicionado em sacos e identificados separadamente e entregues aos catadores pelos lojistas, antes de serem depositados nas calçadas. Assim diminuem o volume de resíduo recolhido pela prefeitura. Os camelôs foram catalogados e aguardam pacificamente pela transferência de local. Lojistas recuperam as fachadas das lojas com um simples ato de lavar e conservar limpo. Casarões estão sendo recuperados e requalifi-

cados como pequenos centros comerciais com o cuidado de manter o charme da Belle Époque, a exemplo da Galeria Chaya localizada na rua Saldanha Marinho, 652 em frente ao antigo Colégio Saldanha Marinho, o ambiente aconchegante registra em grandes fotos, alguns momentos daquela época em que a borracha fez de Manaus a Paris dos Trópicos.

"Ainda falta muito, estamos apenas começando, temos muitas ideias e muita vontade de colocá-las em prática. A equipe da

gestão municipal está unida: "Todos juntos por Manaus", agora só falta a população aumentar a participação se fazendo presente assim como nós estamos, todos os dias presentes nos eventos que ocorrem na cidade. Sejam bons ou ruins como o problema maior da água, juntos vamos em curto espaço de tempo, dar uma solução definitiva para estes e quaisquer outros problemas que surgirem e que possam ser resolvidos no âmbito da prefeitura", garante Arthur Neto, prefeito de Manaus.

Smartphones impulsionam vendas

Desoneração dos celulares deve colocar produto entre os mais procurados na segunda melhor data do comércio

Por Osvaldo Henriques

O corte de impostos para celulares do tipo smartphone de produção nacional que custarem até R\$ 1.500 começou a valer a partir de ontem (11). A expectativa das lojas de Manaus é que isso possa impulsionar a venda dos produtos para o dia das mães, 12 de maio, segunda data mais importante para o comércio. Na visão do diretor do grupo TV Lar e membro da diretoria da CDLM (Câmara dos Dirigentes e Lojistas de Manaus), Antonio Azevedo, o crescimento do número de smartphones vendidos deve ser de mais de 30%, colocando os smartphones entre os 10 produtos mais procurados para apresentar as mães manauaras.

Segundo o diretor do grupo TV Lar, a redução dos preços deveria ter reflexo nas compras a partir de hoje, no entanto, o empresário imagina que ainda deve demorar alguns dias para as lojas começarem a reduzir os valores dos produtos. "Não tenho noção exata de como será o reflexo por ser algo tão recente, mas deve ser sentido agora. Vamos deixar de pagar o imposto no faturamento, então o efeito é imediato, semana que vem o

consumidor já poderá percebê-lo" informou.

Antonio Azevedo explica que a demanda do smartphone atualmente já é considerada grande e que a redução da carga tributária fará o produto estar entre os eletrônicos mais procurados neste ano. "Com certeza isso possibilitará uma redução dos custos e tornará o produto mais atrativo. A inclusão digital passará a ser feita através desses aparelhos, ao invés de notebook ou tablets", opinou.

Os dados do Ministério da

Apenas smartphones fabricados no Brasil terão direito a isenção

Comunicação entendem que a medida irá levar os smartphones nacionais a custarem até 30% mais barato que os importados. Questionado sobre essa diferença no bolso do consumidor, Antonio Azevedo, informou que ainda é cedo para informar de quanto será a redução do preço na cidade. "Não posso te falar em valores, ainda vamos trabalhar nisso, mas com certeza será uma diferença que o comprador vai olhar e notar que houve uma redução significativa", comentou.

A isenção do PIS/COFINS



Foto:Walter Mendes

Expectativa é que preços caiam pelo menos 30% para o varejo

representa 9,25% de desconto sobre o preço final do aparelho. Apenas smartphones fabricados no Brasil terão direito a isenção. Atualmente modelos da Samsung, Ap-

ple, Nokia e Motorola já têm produção nacional e poderão entrar na lista de tributação menor. O presidente da Federação do Comércio (Federação do Comércio do Amazonas), José

Roberto Tadros, ressalta que a medida se mostrou importante para tentar resgatar o comércio de Manaus próximo de uma data tão expressiva, mas ressalta que é uma ação mínima perto do necessário. "Vai surtir efeito, mas não adianta nos contentarmos com fatos isolados. Acho extremamente importante, mas devemos ver medidas muito mais profundas, para que a economia funcione plenamente e possa competir em condições melhores do que os importados" criticou.

Como o desconto é realizado no momento da compra, pelo lojista que agora deixa de recolher o PIS/COFINS, o governo acredita que não haverá empecilhos para colocar a medida em prática. O ministro das Comunicações,

Paulo Bernardes comemorou pelo decreto ter sido publicado ainda em abril, permitindo a redução do preço dos aparelhos para os dias das mães.

Dados

EXIGÊNCIAS

✓ Acesso a internet 3G ou transmissão de dados superior (4G)

✓ Oferecer acesso a contas de e-mail e um pacote mínimo de aplicativos desenvolvido no Brasil

✓ Tela com área superior a 18cm²

Por dentro

CRONOLOGIA

✓ O fim do tributo foi publicado na terça-feira, conforme decreto nº 7.891.

✓ Para entrar em vigor, era necessário que o Ministério das Comunicações publicasse uma portaria detalhando os critérios técnicos que os aparelhos deveriam cumprir para receber o benefício, isso aconteceu ontem, dia 11.

✓ O decreto seria publicado em dezembro, visando o Natal, mas foi adiado por representar uma renúncia fiscal de R\$ 500 milhões por ano para o governo.

ICMS industrial pode ser diferente

Relator da proposta sinaliza que pode aceitar diferentes alíquotas para a produção de Estados menos desenvolvidos

Depois de se reunir com o secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) disse ontem ver "com simpatia" a proposta de manter diferentes alíquotas de ICMS para produtos industriais em Estados menos desenvolvidos. O senador é relator de proposta elaborada pelo governo para acabar com a chamada "guerra fiscal". "Como relator, vejo [a proposta] com simpatia. Nós estamos conversando e, no governo, o entendimento tende a ser esse", disse o senador.

Inicialmente, a medida pretendia unificar as alíquotas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas operações interestaduais, reduzindo-as para 4%. A ideia é acabar com a margem utilizada por alguns Estados para

conceder incentivos tributários e atrair empresas.

Mas, na semana passada, os secretários estaduais de Fazenda do Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram ao Ministério da Fazenda uma contraproposta.

As três regiões aceitam a unificação da alíquota em 4% para produtos como serviços e comércio. Mas defendem que os industrializados tenham uma taxa diferenciada de 7%.

Impasse

Desde o início da discussão sobre o fim da guerra fiscal, Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm insistido para manter alíquotas de 7% para os Estados menos desenvolvidos e 4% para os mais desenvolvidos. A proposta inicial do governo prevê a unificação total em 4% no prazo de 12 anos.

Apesar da falta de consenso

entre os Estados durante as audiências públicas, segundo o senador Delcídio Amaral, as negociações avançaram "muito" nas últimas semanas. "Estamos muito mais perto de uma resolução que vai de encontro aos Estados", afirmou.

Cronograma

O senador pretende apresentar seu relatório no dia 16 de abril. O governo quer que o Congresso aprove as mudanças na comissão e no plenário até 6 de junho.



ADUANA
Desembaraço aduaneiro e 3PL
(092) 3612-0100
www.aduana-dsp.com.br



Foto: Walter Mendes

Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm insistido para a manutenção das alíquotas do ICMS em 7%

Código de CT&I deve impulsionar o setor

PL que institui o Código de CT&I tem como objetivo alcançar a autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial brasileiro, aponta Secti-AM

O secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (SECTI-AM), Odenildo Sena, destacou a importância do ato da presidência da Câmara em Brasília que constituiu, esta semana, a comissão especial para analisar o projeto de lei 2.177/2011, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Segundo Odenildo, o PL moderniza a legislação, dá celeridade aos processos e fortalece as pesquisas no País.

“Foi um importante passo dado pela Câmara uma vez que esse projeto tramita há dois anos”, disse. “O projeto de lei é um trabalho de diversos assessores das secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação dos Estados e outras instituições”, completou.

As comissões especiais são criadas com a finalidade de emitir pareceres sobre proposições em situações especiais como os projetos de lei. O PL que institui o Código Nacional de CT&I tem como objetivo alcançar a autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial brasileiro, além de promover a capacitação profissional na área.

Caso seja aprovado, subordinam-se ao regime previsto no PL os órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios integrantes do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e demais pessoas físicas e jurídicas usuárias deste sistema.

Celeridade

O código norteará as ações, os projetos e as parcerias em CT&I, dando mais celeridade



Foto: Divulgação/Agecom

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas, Odenildo Sena comemora a aprovação do Código

aos processos e fortalecendo as pesquisas no País. “Hoje o investimento em ciência, tecnologia e inovação existe, mas a legislação atual vem travando o desenvolvimento. A legislação está dispersa. Um único documento garante agilidade, segurança e moderniza a legislação”, disse Odenildo.

Mudanças

O PL altera as leis de número 6.815/1980; 11.540/2007 e 12.309/2010. O projeto prevê ainda que sejam revogadas as leis de número 10.973/2004 e 8.010/1990.

“A área de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil não vem alcançando os resultados necessários a que cumpra seu relevante papel no desenvolvimento econômico e social

do País. Tampouco tem conseguido exercer com plenitude seu potencial, que é de expressiva monta, considerando a qualidade de grande parte das Universidades e Centros Acadêmicos, a capacidade inovadora das empresas, as políticas públicas de fomento, indução e incentivo”, é a justificativa do projeto de lei.

Conteúdo

O PL é formado por 11 capítulos que tratam do estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação, fundos de investimento, formação de recursos humanos e acesso à biodiversidade, por exemplo. Para ter acesso ao projeto de lei que institui o Código Nacional de CT&I na íntegra, acesso o site: [\[pauta.am.gov.br\]\(http://pauta.am.gov.br\).](http://www.cienciaem-</p></div><div data-bbox=)

Escolha

Os 27 membros indicados pelos líderes dos partidos para compor o grupo que vai analisar o PL elegeram o deputado federal Gabriel Chalita (PMDB/SP) presidente da comissão especial.

A agência Câmara o presidente da comissão especial que vai analisar o PL, Gabriel Chalita, disse que o Brasil precisa valorizar ainda mais a área de ciência, tecnologia e inovação, com a formação de pesquisadores, o fomento a projetos científicos e investimentos no setor. “É uma honra presidir a comissão”, afirmou o deputado. “Certamente, ela será de grande valia para o desenvolvimento do país”, declarou.

Perfil Manaus

ZONA FRANCA

Cerca de 50 alunos da Escola Estadual Ruy Alencar, no bairro Nova Cidade (Zona Norte) acompanharam a apresentação da economista Ana Virgínia, da Coordenação-Geral de Planejamento e Programação Orçamentária (CGPRO) da SUFRAMA, como parte do projeto “Divulgação do Modelo Zona Franca nas instituições de ensino”, com apoio da SEDUC.

sim & não

Renan e Alves obstáculos ao Amazonas

A repercussão da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de aumentar o número de deputados federais do Amazonas de oito para nove vagas mostra que não será simples fazer cumprir a medida nas eleições do ano que vem. Nada menos do que os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), mobilizaram-se contra a redistribuição. Um dia após o julgamento, eles foram ao TSE dizer que a redistribuição é preocupante.

Perde e ganha Pela fórmula de distribuição de vagas de deputados federais, Alagoas, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul perdem assento. Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Pará e Santa Catarina ganham.

Incendiário O líder do Governo na ALE-AM, Sinésio Campos (PT), usou gasolina ontem para tentar debelar incêndio na base. Foi quando o presidente da Casa, Josué Neto (PSD), anunciou o retorno de Chico Preto (PSD) à liderança da maioria. Sinésio disse que aceitava o retorno, mas exigia que Chico explicasse a razão de ter entregue a função.

Procurador Ao perceber que o discurso de Sinésio azedaria a volta de Chico, o

deputado David Almeida (PSD) pediu aparte, mas o petista negou-lhe: "Vossa excelência não tem procuração para falar por ele". E Almeida, asseverou: "Mas tenho do meu partido".

Ironia Em meio à discussão entre aliados, os microfones da TV ALE captavam a gargalhada do deputado Marcelo Ramos (PSB), da oposição, que dizia: "Vou até sair daqui porque essa confusão é da situação".

Desafeto O senador Alfredo Nascimento (PR) recebeu informação de que seu ex-aliado Afonso Lins estaria procurando setores da mídia do Amazonas para dar vazão a supostas denúncias contra ele.

Troca A votação do novo rateio do FPE beneficiou

duplamente o Amazonas. A bancada do Nordeste e de outros Estados que também obtinham vantagem pediram o voto dos senadores amazonenses. Em troca, prometeram apoiar o ICMS diferenciado para o Amazonas e a prorrogação da ZFM.

Vitória O senador Eduardo Braga (PMDB), que costurou a articulação como líder do Governo no Senado, comemorou. "Estamos diante de uma grande vitória para o Estado", disse Braga à coluna.

Farofa A farinha nossa de cada dia entrou no angu da disputa política entre PSDB e PCdoB. Ontem, por exemplo, ao falar dos 100 dias da gestão tucana, o deputado Arthur Bisneto (PSDB) responsabilizou

o titular da Sepror, Eron Bezerra, pelo reajuste da farinha de mandioca no Estado.

Feiras Titular da secretaria de Produção de Manaus, o ex-senador Jefferson Praia lançou ontem, na feira de Santo Antonio, o projeto "Feira Limpa, Saúde Legal". Detalhe é que as intervenções da pasta nas feiras serão decididas pelos próprios permissionários.

Coleta Diferente do que a coluna publicou ontem, o valor do convênio para a compra de carros coletores de lixo aos municípios de Eirunepé, Fonte Boa, Ipixuna, Barcelos, Novo Airão, Codajás, Anori e Urucará é de R\$ 2 milhões, e não R\$ 12 milhões. A entrega dos veículos será feita pelo Governo do Estado.

PINGA FOGO

✖ A Prefeitura de Manaus comprou equipamentos e montou uma equipe só para cuidar dos ramais do município. O setor já está operando.

✖ O vereador Massami Miki (PSL) começa a preparar o partido para as eleições de 2014. No próximo dia 26, ele vai comandar congresso da legenda, que na ocasião dará posse aos novos integrantes da direção do PSL em Manaus.

✖ Após obter ontem, na ALE-AM, aprovação de projeto em que o Estado doa um terreno para a Associação dos Defensores Públicos do AM, nas proximidades da CMM, o presidente da entidade, Carlos Alberto Almeida, comentou: "Perto da Câmara, vamos ficar de olho nos vereadores".

Sefaz no saldo, mas preocupada

Entre fevereiro e março a arrecadação caiu 8,11%, fechando em R\$ 542 mi

CINTHIA GUIMARÃES
cintia.guimaraes@acritica.com.br

A Secretaria do Estado da Fazenda (Sefaz) está preocupada com a queda na arrecadação do Amazonas nos próximos meses. As razões foram explicadas ontem, durante entrevista coletiva do secretário Executivo de Receita, Jorge Jatáhy, que informou os números da arrecadação do mês de março. Neste período, a receita tributária atingiu R\$ 542,05 milhões, com ganho real de 0,77% em relação ao mesmo mês de 2012, mas queda real de 8,11% em relação a fevereiro.

De janeiro a março, a receita acumulada foi de R\$ 1.707,50 bilhão, representando aumento

nominal de 11,55% ante ao mesmo período do ano anterior. Em termos reais, o crescimento trimestral da receita tributária ficou na ordem de 4,9%. O ICMS e o IPVA cresceram 10%.

O reflexo veio do decréscimo na receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo estadual que representa cerca de 92% de tudo que é arrecadado. "A queda no mês de março já era esperada porque ela reflete a movimentação que ocorreu no mês de fevereiro, que tradicionalmente é um mês fraco de vendas, em que a produção industrial ainda está em recuperação pela parada no fim do ano. Quanto às medidas para recuperação da arrecada-

ção estadual, elas devem se refletir partir do meio do ano, quando ocorre a mudança na matriz energética", acrescentou Jatáhy.

O motivo é chegada do Linhaço de Tucuruí, previsto para junho, que virá conectar a energia da capital amazonense ao Sistema Nacional de Energia Elétrica, reduzindo consideravelmente o consumo de óleo diesel nas termelétricas e, por consequência, a perda do ICMS que o segmento gera.

Outro motivo de preocupação é a unificação do ICMS, que está sendo discutido pelos Estados e Governo Federal. Na proposta do governo, o Amazonas seria poupado, mas o assunto tem gerado divergência entre os governadores.

Em números



Cenário de incertezas

Ao divulgar os dados da arrecadação, a Sefaz informou que este ano há um cenário de elevada incerteza em termos de receita.

No final de 2012, para compensar as perdas previstas para 2013 no setor energético, o Governo do Amazonas, aprovou a lei que aumentou de 25% para 30% o ICMS sobre a gasolina e a revogou a isenção de produtos da cesta básica alimentar. Fora isso, já tinha aplicado a substituição tributária em vários segmentos para evitar a sonegação de impostos.

Mas os planos mudaram. O aumento da gasolina previsto para vigorar em 1º de abril, foi revogado no final de março, por pressão de alguns deputados oposicionistas. Os mesmo parlamentares agora compõem uma comissão com técnicos da Sefaz para manter os benefícios fiscais da cesta básica.

Inflação assusta governo federal

Medidas serão tomadas para evitar estouro dela

BRASÍLIA (FOLHAPRESS) A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) afirmou ontem que o governo está preocupado com a alta da inflação e que deverá tomar medidas necessárias. A inflação acumulada pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) em 12 meses encerrados em março chegou a 6,59%, estourando o teto da meta oficial do governo, de 6,5%, segundo dados do IBGE, divulgados ontem.

Foi a maior inflação medida desde novembro de 2011, quando a taxa ficou em 6,64%. A meta do governo para a inflação é de 4,5% em 2013, com margem de dois pontos percentuais. "O governo obviamente tem toda a preocupação, acompanha e tomará todas as medidas necessárias para que a inflação se mantenha dentro da meta estabelecida. Portanto, as medidas estão sendo tomadas pelo Ministério da Fazenda", disse Ideli ao sair da convenção nacional do PP (Partido Progressista), que ocorre no Senado Federal.

A ministra, no entanto, não deu nenhuma informação de quais seriam as medidas. O Plano já trabalha com a possibili-

dade de o Banco Central elevar os juros na próxima semana, apesar de fazer uma avaliação positiva da inflação oficial de março.

Mesmo com o rompimento do teto da meta, assessores presidenciais ponderam que o BC poderia esperar mais para decidir se sobe o juro diante de sinais de que a inflação deve seguir em queda. Dois motivos, porém, indicam que a alta da Selic pode acontecer já na reunião do Copom da semana que vem. Em primeiro lugar, o BC precisa reforçar a credibilidade de seu discurso, que passou a sinalizar preocupação com a inflação desde janeiro. Precisa também tem que mostrar que não é mais possível conviver com uma inflação rondando o teto da meta, de 6,5%, sob risco de estimular uma onda forte de indexação da economia.

Na avaliação de auxiliares de Dilma, o BC pode decidir agir imediatamente mais para, no curto prazo, influenciar na formação das expectativas sobre a inflação. O efeito de médio prazo seria garantir que o IPCA se distancie dos 6%, iniciando trajetória mais consistente na direção do centro da meta, de 4,5%.

Resolução que unifica o ICMS sofrerá alterações

Relator Delcídio Amaral (PT-MS) disse que reformulação é necessária

BRASÍLIA (AE) – O relator da resolução que tramita no Congresso unificando a alíquota interestadual de ICMS em 4%, senador Delcídio Amaral (PT-MS), disse ontem que a proposta deve ser reformulada para permitir um acordo entre os Estados.

Depois de se reunir com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, ele sinalizou que o seu relatório trará mudança não só na alíquota do imposto, mas também deve incorporar pontos que estão na medida provisória, também em tramitação no Congresso, que cria os Fundos de Compensação de Receitas e de Desenvolvimento Regional.

Pedido

A mudança atende ao pleito do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que temem perder competitividade para atração de investimentos. Com a alíquota do ICMS mais alta, eles dão benefícios fiscais e atraem investimentos.

Amaral apresentará o relatório na terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O novo modelo deve estipular alíquota diferenciada

de 7% sobre produtos industrializados que saem das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para os Estados do Sul e Sudeste. Para as demais transações interestaduais, o ICMS será reduzido gradualmente para 4%. Atualmente, a alíquota é de 12% do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para o resto do País e de 7% quando a mercadoria é transferida do Sul e Sudeste para as demais regiões. "Eu vejo com simpatia essa proposta de manter em 7% e 4%, mas com o 7% carimbado para o setor industrial. E no governo, o entendimento tende a ser este também", afirmou o senador.

Arrecadação do Estado soma R\$ 1,7 bi

TEXTO Henrique Saunier

MANAUS

A arrecadação de tributos estaduais do primeiro trimestre do ano atingiu R\$ 1,7 bilhão, um aumento real de 4,9% em relação a igual período de 2012, descontada a inflação. Apesar do incremento, o cenário estimado pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) para o restante do ano é de "elevada incerteza", o que já fez órgão revisar para baixo a previsão de arrecadação para 2013.

Na avaliação do secretário executivo da Sefaz, Jorge Jatahy, além da instabilidade da situação econômica mundial, questões como a mudança da matriz energética do Estado e as modificações na cobrança da alíquota interestadual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), atualmente em discussão no Senado, influenciarão diretamente na arrecadação de tributos.

No trimestre, o ICMS foi responsável por R\$ 1,5 bilhão do total recolhido, com um acréscimo de 10,19%. A indústria respondeu por R\$ 711,8 milhões do montante, em um crescimento de 5,39%, enquanto o comércio arrecadou R\$ 659,9 milhões, alta de 13,22%. Já Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) teve comportamento contrário, ao cair 2,23% em março, mas evoluiu 13,13% na comparação do trimestre.

Segundo Jatahy, todos os anos o acréscimo de carros na base de cobrança da Sefaz puxa os números para a cima. Sobre a queda em março, ele explicou que está diretamente ligada à venda de veículos, que passa por uma crise no seu mercado, devido à dificuldade na liberação de crédito bancário.

ICMS

R\$ 1,5 bi

foi o montante da principal receita do Estado, o ICMS, com alta de 10,19%, liderado pela indústria, que somou R\$ 711,8 milhões.